

A REPERCUSSÃO DA MORTE DE UM FILHO NA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA FAMILIAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Psicologia do Centro Universitário Jorge Amado
como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de psicólogo

2009

Flavia Renata Mercês Brandão

Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Jorge Amado (Brasil)

nata_brandao@yahoo.com.br

Orientador

Prof. Anderson Chalhub

RESUMO

Este estudo apresenta uma revisão de literatura sobre as repercussões da morte de um filho na estrutura e organização familiar, enfatizando as reações de luto e suas conseqüências no sistema familiar, levando-se em consideração a cultura familiar diante do evento da morte. Foi considerado também como fator importante para a análise do tema o tipo de morte e a idade do filho perdido, partindo-se da idéia da projeção dos pais em relação às realizações futuras de um filho. Diante desse estudo, ficou evidenciada a importância dos mitos e crenças no sistema familiar.

Palavras-chave: Morte, luto, estrutura familiar, cultura familiar

*“O dia mente a cor da noite
E o diamante a cor dos olhos
Os olhos mentem dia e noite a dor da gente*

*Enquanto houver você do outro lado
Aqui do outro eu consigo me orientar
A cena repete a cena se inverte
Enchendo a minh'alma d'aquilo que outrora eu deixei de acreditar*

*Tua palavra, tua história
Tua verdade fazendo escola
E tua ausência fazendo silêncio em todo lugar*

*Metade de mim
Agora é assim
De um lado a poesia, o verbo, a saudade
Do outro a luta, a força e a coragem pra chegar no fim
E o fim é belo incerto... depende de como você vê
O novo, o credo, a fé que você deposita em você e só*

*Só enquanto eu respirar
Vou me lembrar de você
Só enquanto eu respirar”*

O anjo mais velho

(Fernando Anitelli)

1. INTRODUÇÃO

*“Senhor, há uma velha história que meu pai me contou.
Um velho perdeu o seu único filho, e seus amigos vieram procurá-lo e disseram-lhe:*

*Por que choras? Nada te pode devolver teu filho.
E o velho disse: É por isso que eu choro”.*

(Autor desconhecido)

A morte é um evento natural no ciclo vital de qualquer indivíduo. Após o nascimento, a única certeza que temos é a de que um dia morreremos. Ainda assim, a morte é temida e é um assunto evitado, como se assim pudéssemos afastá-la de nós e daqueles que amamos. A perda de uma pessoa amada é uma experiência cercada de muita dor e sofrimento, e, de acordo com Parkes (1998) uma perda gera outras perdas secundárias. Quando se perde o marido, por exemplo, pode significar a perda do companheiro, do parceiro sexual, do conselheiro, do amigo, além das perdas materiais, como queda dos rendimentos.

O homem procura não pensar na sua própria morte e vive como se de fato ela nunca o fosse atingir. Vivendo como se fosse possuidor da imortalidade, como se fosse viver para sempre, negando-se a pensar sobre o assunto. Ele preocupa-se com a vida, e deixa a morte de lado, como se assim pudesse evitá-la. A morte é sempre a do outro, e de um outro estranho, longe daqueles a quem ele cultivava laços afetivos (FREITAS, 2000).

Porém, ao longo da existência, os indivíduos e suas famílias passaram, passam ou passarão por perdas naturais, aquelas inerentes a seu processo de desenvolvimento. Mas, a morte que antes era vista com mais naturalidade, permitindo que a família vivesse um processo de luto validado socialmente, marcado no tempo e nos hábitos, passou a ter significado de fracasso na contemporaneidade, como se morrer fosse desumano ou não natural (FRANCO, 2007 *apud* SILVA, 2009).

A morte de um filho é considerada a pior perda por ser um evento não normativo, porque inverte a ordem esperada do ciclo vital. Espera-se que os pais morram primeiro que os filhos, e estes dêem seguimento à descendência familiar. Além disso, a morte de um filho pode causar aos pais um sentimento de culpa por acharem que não cuidaram e protegeram o filho da maneira certa. Outro aspecto importante, observado por Silva (2009) em seu artigo “*Famílias e situações de luto*”, é a relação familiar após a perda, cada integrante do sistema familiar poderá reagir ao

evento da morte de maneiras e em momentos diferentes, o que pode gerar uma dificuldade relacional entre seus membros. Muitas vezes, as funções exercidas dentro do sistema familiar passam a ser negligenciadas diante do choque da perda e dos sintomas gerados por ela. O que torna esse tema na terapia familiar crucial, possibilitando à família falar sobre o assunto e buscar saídas coerentes com sua realidade, para que possa adaptar-se às perdas e construir um significado para ela, respeitando as diferenças individuais.

Segundo Brown (1995):

Existem muitas evidências clínicas, a partir da terapia familiar, de que a morte é um processo sistemático do qual todos os membros da família participam de maneiras mutuamente reforçadoras, sendo aquela que apresenta o sintoma apenas um dos que foram, direta ou indiretamente, afetados pela perda de uma pessoa da família (p. 393).

A morte é um fato universal, porém seu enfrentamento e significado variam de sociedade para sociedade. A realidade brasileira mostra que, cada vez mais, morre-se nos hospitais, sendo essencial que os profissionais da saúde, dentre eles o psicólogo, possam estar preparados para ajudar as famílias neste momento tão significativo da vida

Partindo-se da hipótese que este é um campo de estudo ainda pouco explorado pela psicologia, a proposta do presente trabalho será compreender como a literatura aborda o tema proposto, bem como agregar e levantar questões relacionadas a este tema, bem como estimular maior interesse de pesquisa nesta área de atuação. Ampliando e agregando assim produção de conhecimento aos profissionais e estudantes que atuam junto a famílias.

O objetivo do presente trabalho será apresentar uma revisão da literatura - que, segundo Melo (s/d *apud* DIEHL & TATIM, 2004), tem como objetivo fornecer base teórica e empírica para a formulação das hipóteses - sobre como o evento da morte de um filho repercute na organização e estrutura familiar, baseando-se em livros e publicações na área de Psicologia Sistêmica e outras áreas de saúde, nos últimos cinco anos (2004 – 2009).

Foram levados em consideração resumos e/ou títulos que continham as seguintes palavras-chaves: morte, luto, família, estrutura familiar. A partir dessa pesquisa foram selecionados os textos que cumpriram com os critérios do presente estudo, e que tem como foco a organização e estrutura familiar, enfatizando o funcionamento familiar antes e após a perda de um filho; o tipo de morte e suas repercussões; e a cultura familiar relacionada ao evento da morte. Após seleção, os materiais foram lidos, resumidos, fichados e analisados.

Para melhor compreensão, o trabalho será dividido nos seguintes tópicos: Aspectos culturais familiares relacionados ao evento da morte; Tipos de mortes e suas repercussões no âmbito familiar; Funcionamento familiar antes e após a perda de um filho.

2. ASPECTOS CULTURAIS FAMILIARES RELACIONADOS AO EVENTO DA MORTE.

"A morte nos ensina a transitoriedade de todas as coisas."

(Leo Buscaglia)

O termo etnicidade será usado com o significado daquilo que é transmitido pela família e perpetuado por gerações, e que tem influência da comunidade que a cerca. Segundo McGoldrick (1995), "eticidade envolve processos inconscientes e conscientes que preenchem uma profunda necessidade psicológica de identidade e continuidade histórica" (p. 65).

Partindo desse conceito, a etnicidade gera uma padronização de pensamentos, sentimentos e comportamentos em um determinado grupo de indivíduos de maneiras óbvias e sutis, embora geralmente não tenhamos uma percepção consciente dessa influência. É ela também quem determina como nos relacionamos, pensarmos, como nos sentimos em relação à vida, morte e doença. É a partir dessa visão cultural que o mundo é interpretado, baseando assim as opiniões estabelecidas, mesmo que existam algumas evidências do contrário. (McGoldrick, 1995).

A morte é um tema abordado universalmente, mas há maneiras diversas de lidar com ela de acordo com a cultura vigente, levando em consideração os rituais de luto, e seus significados, tanto para os rituais quanto para a morte. Os rituais de luto dizem respeito a identidade cultural de um grupo.

Na cultura ocidental o medo da morte é predominante. A vida é marcada por conceitos como o individualismo e pela crença numa vida única. A principal expressão religiosa, o cristianismo, prepara o homem para a vida na terra, e pouco se fala sobre uma existência pós-morte. Logo, as pessoas buscam viver sua única existência da melhor forma e no maior espaço de tempo possível. Essa visão da morte ocidental faz com que as pessoas temam adoecer ou envelhecer, pois esses fatores o aproximam do fim da vida, e os levam para algo desconhecido e longe de seus entes queridos (COSTA, s/d). Além disso, a sociedade ocidental é baseada no capitalismo, nos seres que produzem e consomem. Com a morte os a sociedade não sabe o que fazer com esses corpos s que deixam de produzir. Começa nesse ponto mais uma face do

capitalismo, onde a indústria da morte ritualiza o evento com altos custos financeiros (KOVACS, 1992).

A cultura oriental é baseada em religiões como o budismo e o hinduísmo, onde a morte é considerada como uma transformação necessária para a purificação do espírito. Então, a morte é encarada como algo necessário para a evolução. O que faz com que, teoricamente, o povo oriental enxergue a morte de maneira mais tranqüila e sem tanto sofrimento (COSTA, s/d). Tanto hinduístas quanto budistas acreditam que o pensamento que acontece na hora da morte determinará a encarnação seguinte. A morte então é encarada como a iniciação para outra forma de vida. Então, os orientais preocupam-se com seus pensamentos e ações durante a vida, e preparam-se mentalmente para que esse processo influencie no momento da morte e pós-morte (KOVACS, 1992).

As representações da morte sofrem uma variação segundo o contexto cultural na qual a família está inserida. Então, ao analisar a visão familiar sobre o evento da morte, deve-se levar em consideração o contexto cultural da sociedade da qual a família faz parte.

Os padrões de celebração, o grau e padrão de ritualização de suas atividades de luto variam entre as famílias. A etnicidade pode ser usada para promover a união de um grupo, reforçando assim sua identidade. Esses movimentos de união, geralmente, acontecem quando existe uma sensação de ameaça exterior de um inimigo comum aos integrantes. (MCGOLDRICK, 1995)

Segundo Cerveny & Berthoud (2009), “a conceituação básica compreende que a família está em evolução, transformando-se continuamente e organizando-se muito mais por laços de afeição do que por hierarquias tradicionais” (p. 30). Então, diante das novas configurações e composições familiares presentes na sociedade atual, a definição de família passa por mudanças, de maneira que todas essas novas composições sejam incluídas, deixando de lado o conceito formal de família nuclear. Atualmente, a família pode ser definida como um grupo de pessoas que estão ligados por um vínculo emocional profundo e por um sentimento de pertença a este grupo.

A família, segundo a visão sistêmica, é vista como um sistema composto de várias partes, cada uma responsável por uma função, mas que se inter-relacionam, o que implica que a mudança de uma dessas partes alterará o funcionamento de todas as outras e do sistema como um todo. Para compreender este fenômeno é necessário estudar não somente os elementos que o constituem, considerados separadamente um do outro, mas também e, sobretudo, as suas inter-relações. E são essas inter-relações que determinam a estrutura familiar, ou seja, o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem. Ou seja, regras e padrões de comportamento que geram um modelo familiar que é transmitido entre gerações, mesmo diante das singularidades dos novos sistemas familiares.

Segundo Brown (1995), a história familiar relacionada a morte passadas e a reação diante desse evento são relevantes para analisar o momento atual e futuro do sistema familiar. O modo

como a família lidou com a morte anteriormente influenciará o modo como a família lidará com uma morte atual.

De acordo com Freitas (2000), e reforçado por Brown (1995), pessoas que tiveram reações inadaptadas no passado, tendem a ter reações complicadas no presente. Principalmente se esta perda se referir a um filho. A reação diante das mortes no passado e o relacionamento da família diante desse evento, são de fundamental importância para entender a relação atual e futura de um sistema, e para compreendermos o impacto das mortes atuais.

Para Imbler-Black (1998 *apud* SIEGA, 2008), predominam duas tendências de padrões familiares diante da perda: uma regra implícita onde falar sobre a perda é proibido. As pessoas, geralmente, agem como se nada tivesse acontecido e quando datas comemorativas como aniversário, natal, e outras datas festivas se aproximam a tensão tende a aumentar. Alguns membros do sistema familiar desenvolvem sintomas, mas estes não são reconhecidos como relacionados à perda negada e à aproximação destas datas importantes. As famílias vão ‘suportando’ as comemorações e acabam se afastando nestas ocasiões. O receio de demonstrar os sentimentos ou não suportar ver o sofrimento do outro acaba gerando o afastamento dentro do sistema familiar.

Outra tendência diante da perda seria a regra ‘nada de festas’, a família vive em estado de sofrimento permanente. A família se isola do apoio emocional mútuo que poderia acontecer nestes momentos de comemoração. O primeiro ou os primeiros rituais do ano após a perda de alguém da família, geralmente são experimentados com maior intensidade do que os subsequentes.

Para Renata Duailibi (2008):

O luto profundo, a reação à perda de alguém que se ama, encerra um estado de espírito penoso, perda de interesse pelo mundo externo – na medida em que este não evoca esse alguém -, perda da capacidade de adotar um novo objeto de amor (o que significa substituí-lo) e o afastamento de toda e qualquer atividade que não esteja ligada a pensamentos sobre ele.

A morte causa um vazio no sistema familiar, tanto físico quanto emocional, e que precisa ser preenchido de alguma forma. Durante esse processo acontecerão rompimentos e uniões familiares entre os membros do sistema, e a liberdade e a paralisia serão o destino de outros. Mudanças acontecerão, as responsabilidades serão remanejadas, e a substituição torna-se um objetivo para muitos. Embora haja muita ansiedade e dor no sistema familiar diante do evento da morte, há também oportunidades de mudança dentro desse mesmo sistema (FRIEDMAN, 1995).

Ana Maria Nunes de Souza (1997) observa que:

A morte pode significar uma possibilidade de renovação dentro e fora do âmbito familiar pela incorporação dos conteúdos e qualidades daquele que morreu. A morte física traz uma perda e uma separação definitivas; nada impede, porém a sobrevivência através daqueles que continuam (p. 161).

Os rituais que acontecem no processo de luto podem funcionar como uma maneira de unir gerações de uma mesma família, causar aproximações, fazer com que o sistema familiar fique mais coeso e assim implicar num enraizamento da cultura e história familiar, ao mesmo tempo em que implicam futuros relacionamentos. “O desempenho e a participação em tais rituais unem a família à comunidade mais ampla, por meio da repetição de ritos familiares” (Van Gennep, 1960 apud Imber-Black, 1995, p. 132). Nos momentos de tristeza e perda os rituais podem funcionar como um meio de evitar um isolamento disfuncional. Os ritos pós-morte causam muitas vezes uma aproximação dos integrantes do sistema familiar.

3. TIPOS DE MORTE E SUAS REPERCUSSÕES NO ÂMBITO FAMILIAR.

"É mais fácil suportar a morte sem pensar nela do que suportar o pensamento da morte sem morrer."

(Blaise Pascal)

Segundo Rodriguez (2009), o tipo de morte é um agravante importante no processo de luto. Deve-se levar em consideração se a perda foi inesperada e prematura; após doença muito longa; suicídio; e assassinato. Assim como o fato de o enlutado ter desconhecido o diagnóstico e/ou prognóstico da doença que acometeu o morto; e se o enlutado se encontrava fisicamente distante por ocasião da morte.

“Cada tipo de morte tem implicações na reação e no ajustamento familiar. As mortes súbitas pegam o indivíduo e/ou a família despreparados. A família reage com choque. Não há tempo para despedidas ou para resolução de questões de relacionamento. Não há nenhum luto antecipatório (BROWN, 1995. p.403)”.

A morte no parto e por aborto espontâneo ou provocado, acontecem antes que um relacionamento mútuo seja estabelecido pela família. E é o que os torna diferentes. Ao contrário de outras mortes esperadas ou inesperadas em que a pessoa falecida já havia estabelecido uma

conexão emocional com o (e tinha sentimentos pelo) bebê que ainda não nascera (BROWN, 1995). O sentimento de culpa por não ter conseguido manter a gravidez pode influenciar diretamente novas tentativas. O aborto é uma perda que deve ser trabalhada com ambos e o apoio dos familiares e amigos é de fundamental importância, caso isso na aconteça o trauma pode gerar grandes possibilidades de separação do casal.

Bebês que nascem com anomalias ou com doenças graves ou crônicas, independente do tempo de vida que venham a ter, causam frequentemente, nos pais, sensações e sentimentos de frustração, a perda de sonhos, expectativas e esperanças em relação à criança que estava por nascer. Um nascimento nessas condições frequentemente gera um longo período de incerteza e de responsabilidades financeiras e emocionais grandiosas. A junção do evento do nascimento (e seus estresses) e do estresse com a limitação ou incapacidade e potencial morte do bebê muitas vezes gera um intenso período de angústias e medos para os novos pais e para as famílias ampliadas (BROWN, 1995).

A morte de uma criança, muitas vezes, vulnerabiliza a relação conjugal e saúde dos pais, havendo grandes possibilidades de divórcio. Os pais terminam, muitas vezes, culpando-se e responsabilizando-se pela morte da criança – já que esta depende dos pais para sua segurança e sobrevivência. O papel da criança que morre influencia diretamente a forma como os pais vão lidar com a situação: a perda de um primogênito, de um filho único, de um filho único de um dos sexos (a única menina ou o único menino entre os irmãos), ou ainda as mortes por acidentes podem ser muito mais difíceis de lidar do que em algumas outras situações.

Quando a morte acontece na adolescência, fase da vida já bastante tumultuada, pode ser considerada como um acréscimo de muito mais estresse/tumulto a essa fase. Como a maioria das mortes ocorridas na adolescência tem ligação com o resultado de um acidente ou suicídio, o grau de ruptura familiar tende a ser maior. Essas rupturas podem gerar sintomas como a dissolução da família através de separação/divórcio à sintomatologia emocional, como depressão ou doença física, geralmente em outro filho adolescente (BROWN, 1995). Uma confusão de sentimentos, misturados com a dor da perda, em muitas das mortes ocasionadas por comportamentos autodestrutivos, é comum que a família sinta raiva do filho que morreu. Quando a morte acontece em casos de doença, deve-se levar em consideração que a rebeldia em muitos casos faz com que o adolescente não leve o tratamento tão a sério, o que faz com que os pais tenham mais dificuldades em colocar os limites e distinguir o que é adequado ou o que não deve se fazer neste momento.

Viorst (2005 *apud* SIEGA, 2008), traz que a morte de um filho já crescido é a mais profunda e duradoura de todas as dores para os pais. Filhos adultos estão cheios de planos e aspirações, então os familiares sobreviventes, diante da dor e da culpa, podem ficar paralisados e impedidos de continuar seus projetos de vida por um bom espaço de tempo. Porém, vale

salientar, que, como observou Siega (2008), a morte de um filho, independente da idade deste, gera um sofrimento duradouro, e a sensação de “injustiça” pode ser marcante na família.

Os efeitos emocionais que afetam os enlutados por suicídio, de acordo com Beautrais (2002 *apud* MENDONÇA, 2006), parecem ser similares aos dos que vivem o luto por outras causas. Porém, tais estudos mostram evidências que sugerem que o processo de luto tenderá a uma duração mais longa, e o período de reorganização bem mais lento. As pessoas envolvidas enfrentam diferentes experiências emocionais, que incluem “uma necessidade mais intensa de encontrar sentido na morte, elevados graus de culpa, vergonha, responsabilidade, rejeição e abandono, bem como sentimentos fortes de estigmatização e isolamento”.

É importante salientar que “a perda de um filho é um tipo singular de luto. Perder um filho requer dos pais (ou outro cuidador), um ajuste emocional para enfrentar a situação individual e também as alterações no sistema familiar” (SILVA, 2006). Mesmo sabendo que todos na família sentem um vazio ou até mesmo culpa em relação à criança que morreu, a mãe, talvez, seja aquela que mais se culpe pela perda, pela crença de que poderia ter feito algo para salvar o filho e evitar a morte. A mãe, freqüentemente, sente-se culpada por ter falhado nos cuidados maternos, que podem ter contribuído para a morte do filho.

4. FUNCIONAMENTO FAMILIAR ANTES E APÓS A PERDA DE UM FILHO.

“A morte só chega uma vez, mas faz-se sentir a todos os momentos da vida.”

(Jean de La Bruyère)

Segundo Miermont (1994 *apud* SIEGA, 2008), períodos de tensão e conflitos surgem periodicamente na vida de todas as famílias, e toda crise provoca uma ruptura temporária na homeostase do sistema familiar. Desta forma, para que o sistema se readapte, deve haver uma reorganização das relações e a descoberta de novas regras de funcionamento familiar. O autor distingue as crises familiares em dois tipos: as “previsíveis”, que são aquelas impostas pelos ciclos de vida familiar, como por exemplo, a adolescência e a aposentadoria, e as “imprevisíveis”, que são muito mais dramáticas por serem inesperadas, como por exemplo, o falecimento de um dos membros da família, o desemprego, o divórcio, as doenças, entre outras.

Segundo Ana Maria Nunes de Souza (1997):

A perda é inerente à vida, esta intimamente associada à renovação. Isso aparece em todos os momentos do ciclo vital do indivíduo e de sua família que, a cada passo, devem abrir mão de algo, uma função, um papel, para alcançar outro (p. 160).

Então, enlutar-se é um processo de mudança de esquemas que se experimenta em algum momento. Um acontecimento estressante, como o luto, envolve uma perda, o medo e a dor e isso faz com que a pessoa sintam-se desamparada (GIRON, 2008).

A morte e a doença grave quando acontecem em um estágio avançado do ciclo de vida causa um grau de estresse menor, pois já é considerado como um evento normativo, um processo natural. Porém, quando a doença grave ou a morte acontecem numa outra fase do ciclo de vida é considerada como um evento não normativo, ou seja, um evento inesperado que foge ao que se considera normal, já que é algo que encerra uma vida precocemente; ela não segue o curso de vida normativo. O momento é errado; está fora de sincronia. A morte de um indivíduo nessa etapa do ciclo de vida é considerada como a mais difícil, pois deixa uma lacuna no sistema familiar, já que sua função dentro desse sistema foi encerrada de maneira inesperada e precoce. Dificilmente essa lacuna poderá ser preenchida, o que, conseqüentemente, impedirá a família de completar suas tarefas do seu ciclo de vida (BROWN, 1995).

Para Walsh e Mcgoldrick (1998, *apud* GIRON, 2008), quando se perde um filho, perdem-se muitas perspectivas de futuro, pois é neles que se depositam sonhos e projetos. Um filho não é apenas uma extensão ou continuidade biológica de seus pais, mas também psicológica por ter sido investido de cuidado, atenção e carinho. A morte é vivenciada como “perda de um pedaço” de si. Quando a vida de um filho é interrompida, os pais são violentamente atingidos.

Segundo Bowlby (2002), quando se está na presença incontestada de uma figura principal de apego, ou a tem ao seu alcance, sente-se segurança e tranqüilidade. Uma ameaça de perda gera ansiedade, e uma perda real, tristeza profunda; ambas as situações podem, além disso, despertar cólera. Saber que a vida de seu filho vai deixar de existir e não poder fazer nada para mudar esse fato é muito doloroso e causa uma enorme desestruturação nos pais. A morte de um filho traz aos pais sensação de falha na sua responsabilidade.

Viorst (2005 *apud* SIEGA, 2008) comenta que o apegar-se à dor muitas vezes funciona como um ato de fidelidade ao morto – e ceder ao tempo parece ser algo desleal. Para a autora, podemos chamar de ‘mumificação’ este fenômeno de sofrimento crônico, que geralmente ocorre quando as pessoas não conseguem aceitar a perda, nem se desfazer dos pertences da pessoa que morreu, mantendo cada objeto exatamente no seu lugar. A autora comenta ainda que o sofrimento também pode ser considerado disfuncional quando está ausente ou ainda é adiado – num esforço de evitar a dor da perda.

Segundo Silva (2006), alguns pais passam a ter dificuldade em investir afetivamente nos filhos sobreviventes e passam a viver sentimentos ambivalentes, pois por um lado tem medo de investir afetivamente e perder esse filho também, ou por outro lado, passam a superproteger pelo mesmo medo de perder esse filho também.

Quando os pais possuem um apego disfuncional ao filho que morreu o impacto da morte é ainda maior. Pois com a morte desse filho que servia como um “pára-choque” dos conflitos conjugais, passa a existir um maior grau de risco de ruptura familiar depois da morte dele. “Já que a intensidade desta perda supera de longe a perda do filho em si, é comum que ela tenha um poderoso impacto sobre os relacionamentos familiares” (BROWN, 1995, p. 401). Os irmãos de uma criança gravemente doente ou que morreu podem apresentar sintomas como dificuldades comportamentais ou escolares a doenças somáticas, depressão e suicídio, principalmente o irmão quem vem a seguir. Essas reações dos irmãos, além da resposta paterna, são afetadas pelas circunstâncias da morte (BROWN, 1995).

A morte ou uma doença grave de qualquer membro de uma família podem ser vivenciadas pelas pessoas de diferentes formas, dependendo da fase do ciclo de vida que esta família se encontra, dos contextos culturais, sociais e principalmente, dos vínculos afetivos estabelecidos (SIEGA, 2008).

Quando os membros da família são sensíveis às questões que desagradam ao outro, há uma tendência a evitar tais assuntos, a fim de proteger o outro, e também a fim de proteger a si próprio da ansiedade e sofrimento do outro. A vivência familiar do luto muitas vezes aciona este sistema de proteção, transformando o relacionamento em um sistema mais “fechado”, no qual a comunicação fica prejudicada, e no qual todos sofrem em silêncio e escondidos.

As famílias que conseguem demonstrar mais facilmente seus sentimentos e compartilhar suas angústias em relação à perda vivenciada, mais facilmente conseguirão se adaptar às mudanças, enquanto as famílias menos integradas podem demonstrar pouca reação no momento da perda, e manifestar tardiamente seu sofrimento através de sintomas físicos ou emocionais (SIEGA, 2008).

Bromberg (1999 *apud* SILVA, 2006) afirma que para entender o luto deve-se levar em consideração o evento como experiência pertinente ao grupo familiar. O grupo familiar deve ser visto como um sistema que se inter-relaciona com outros sistemas mais amplos da comunidade, da sociedade e da cultura, e diante do luto a família vai ser afetada também nas relações com esses sistemas. “Para encarar a morte na família, é necessário um rearranjo do sistema familiar e, como consequência, a construção de uma nova identidade, um novo nível de equilíbrio”.

Para Del Pino Montesinos e outros (s/d):

Estimamos que la naturaleza del problema al que nos enfrentamos estriba en que el sistema aún no ha encontrado un nuevo nivel de funcionamiento y tiende a que el ausente permanezca presente. Además, parte de la identidad de el/los doliente/s está basada en los roles y dependencias recíprocas de la relación ahora rota. El deseo de recrear su identidad se ve frenado por la ambivalencia de sentimientos y la culpa de

dejar atrás a quien debemos lealtad. Se genera una situación de atasco emocional con un desgaste enorme para quienes lo sufren.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A morte em qualquer momento da vida causa sofrimento, angústia e medo. Até mesmo falar sobre o assunto causa reações de desconforto. Tratando-se da morte de um filho essas repercussões diante do evento traumático ganham dimensões ainda maiores, podendo gerar desajustamento na estrutura e organização do sistema familiar.

Ao trabalhar as repercussões da morte de um filho foi procurado mostrar uma visão ampla da situação, considerando que a complexidade do processo, já que todo um sistema familiar é afetado.

Ao longo do estudo foram apresentadas reações diante da morte de um filho e podemos verificar a importância da cultura familiar relacionada ao evento da morte. Em todos os tópicos abordados verificou-se que o sistema familiar sofre a ação das crenças e mitos perpetuados por gerações, deixando claro também a importância da identificação desses mitos familiares para que o sistema familiar aprenda a lidar com suas repercussões e, até mesmo, ter coragem de quebrá-los, criando assim uma nova identidade familiar.

Lidar com a morte e suas repercussões nos lança diante de um processo sem pré-definições. Cada experiência de perda terá seu significado único. Porém, nos faz aprender - ou pelo menos tentar - a olhar para a morte como um processo que faz parte da existência humana, mesmo diante de toda complexidade relacional e emocional que esse evento provoca.

6. REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História da morte no ocidente**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

AZEVEDO, F. C. **Família sob as lentes da teoria sistêmica**. 2008. Disponível em <http://www.redepsi.com.br>, acesso em 17 de setembro de 2009.

BOWLBY, J. **Apego e perda: apego: a natureza do vínculo**. 3. ed. vol. 1. da trilogia/ trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

-----|. **Apego e perda: perda: tristeza e depressão**. 3. ed. vol. 3. da trilogia/ trad. Valtensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BROWN, F. H. **O Impacto da Morte e da Doença Grave sobre o Ciclo de Vida Familiar**. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar**. 2. ed./ trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1995. p. 393 – 414.

CARBONE, A. **Terapia familiar sistêmica: breve histórico: origem e desenvolvimento da terapia familiar**. s/d. Disponível em <http://revistapsicologia.com.br>, acesso em 20 de abril de 2009.

CASTRO, A. E. F. **Quando um filho morre antes dos pais**. s/d. Disponível em <http://www.ananec.org>, acesso em 18 de abril de 2009.

CAVALCANTE, A. M. **Quando à família vai a terapia**. 2000. Disponível em <http://www.polbr.med.br>, acesso em 04 de maio de 2009.

CERVENY, C. M. de O.; BERTHOUD, C. M. E. **Ciclo vital da família brasileira**. In: OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. P. **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 25 – 37.

COSTA, E. F. da. **O Psicólogo diante da morte**. s/d. Disponível em: <http://www.fla.matrix.com.br/jung/revista/morte.htm>, acesso em 15 de novembro de 2009.

DEL PINO MONTESINOS, J. I. ; PÉREZ GARCÍA, J. ; ORTEGA BEVIÁ, F. **Resolución de Duelos Complicados Desde uma Óptica Sistêmica.** s/d.

DIEHL, A. T.; TATIM, D. C. **Projeto de Pesquisa: A Importância do Projeto de Pesquisa.** In: Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas. 2004.

DUALIBI, R. **O Luto na Maternidade.** 2008. Disponível em <http://www.redepsi.com.br>, acesso em 12 de outubro de 2009.

FREITAS, N. K. **Luto materno e psicoterapia breve.** São Paulo: Summus, 2000.

FRIEDMAN, E. H. **Sistemas e cerimônias: uma visão familiar dos ritos de passagem.** In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar.** 2. ed./ trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1995. p. 106 – 130.

GALERA, S. A. F.; LUIS, M. A. V. **Principais Conceitos da Abordagem Sistêmica em Cuidados de Enfermagem ao Indivíduo e sua Família.** Disponível em <http://www.scielo.br>, acesso em 17 de setembro de 2009.

GIRON, P. J. **Reação de mães frente à perda de um filho em idade anterior à fase reprodutiva.** 2008. Disponível em <http://www.redepsi.com.br>, acesso em 18 de abril de 2009.

IMBER-BLACK, E. **Transições idiossincráticas de ciclo de vida e rituais terapêuticos.** In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar.** 2. ed./ trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1995. p. 131 – 143.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano.** São Paulo: Casa do psicólogo. 1992.

LISBÔA, M. L.; CREPALDI, M. A. **Ritual de despedida em familiares de pacientes com prognóstico reservado.** 2002. Disponível em <http://www.labsfac.ufsc.br>, acesso em 16 de outubro de 2009.

MARVIN, R. S; STEWART, R. B. **Uma abordagem sistêmico familiar para o estudo do apego.** s/d.

MCGOLDRICK, M. **Etnicidade e o ciclo de vida familiar.** In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a**

Terapia Familiar. 2. ed./ trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1995.
p. 65 – 83

MENDONÇA, J. D. C. **Morte e a Jornada do Luto Familiar.** 2006. 48 f. Monografia (Especialização em Terapia Familiar e de Casal) – Instituto Familiare, Florianópolis, SC. Disponível em <http://www.institutofamiliare.com.br>, acessado em 15 de outubro de 2009.

PARKES, C. M. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta.** Trad. Maria Helena Franco Bromberg. São Paulo: Summus, 1998.

RODRIGUEZ, I. **A Perda.** 2009. Disponível em <http://www.redepsi.com.br>, acesso em 15 de outubro de 2009.

SIEGA, C. M. **Aspectos emocionais envolvidos no processo de perda e luto nas diferentes fases do ciclo de vida familiar.** 2008. 42 f. Monografia (Especialização em Terapia Relacional Sistêmica) – Instituto Familiare, Florianópolis, SC. Disponível em <http://www.institutofamiliare.com.br>, acesso em 15 de outubro de 2009.

SILVA, D.R. **Famílias e situações de luto.** In: OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. P. **Manual de terapia familiar.** Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 376 – 398.

SILVA, K. M. S. **Discurso de pais enlutados: investigação das formas de diminuição da dor do luto.** 2006. Disponível em <http://www.redepsi.com.br>, acesso em 12 de outubro de 2009.

SOUZA, A. M. N. de. **A família e seu espaço: uma proposta de terapia familiar.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

Um Modelo Familiar. Módulo Instituto Humanitas, cap. 3.